

Rearrumação e contratação

Marcio Falcão

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal está sendo redesenhada. Cargos comissionados serão cortados, a estrutura passará por reorganização, serviços serão ampliados, contratos sofrerão renegociação e nada menos que 600 médicos vão ser contratados através de concurso público.

Estudo encenado pela Secretaria detectou que as especialidades médicas que mais precisam de reforço de pessoal são clínica geral, ginecologia, pediatria, anestesia e cirurgia geral. Para se ter idéia, pelo menos 15 mil pacientes esperam por uma cirurgia na rede pública de saúde do DF.

O secretário José Geraldo Maciel acredita que até o fim do mês, se a equipe do governo acatar seu pedido, o governador José Roberto Arruda anuncia a abertura do concurso. "É mais do que necessário para desafogar neste primeiro momento a rede. Já estamos conversando há tempos sobre essa questão. Acredito que não deve existir problemas".

■ Enxugamento

A proposta de reformulação da Secretaria está em fase final de negociação com o secretário de Planejamento, Ricardo Penna, para depois o governador

bater o martelo.

O enxugamento vai atingir principalmente a estrutura administrativa do órgão. Diretorias, Gerências e Núcleos serão reformulados, fundidos ou até mesmo extintos. Serão eliminados até 30% das funções que se sobreponem.

Dos 2.192 cargos de confiança – que recebem entre R\$ 500 e R\$ 2.800 –, só vão permanecer 1.4 mil. "Não podemos mais sobrepor a máquina pública aos usuários do sistema de saúde. Vamos investir forte na Saúde", avalia Maciel.

A composição da Secretaria e da Subsecretaria, no entanto, não devem sofrer alterações. Assim como as chefias de clínicas, as enfermagens e as unidades operacionais. A medida, segundo o Maciel, é para evitar prejuízos nos serviços prestados.

Uma ação que está prevista é ampliação da cobertura do atendimento primário à saúde. Atualmente, são 59 centros e 78 equipes de Saúde Família, que atendem 312 mil pessoas. A proposta de metas de saúde da Secretaria inclui a implantação de 120 equipes de Saúde da Família, cada uma com área de abrangência de até quatro mil pessoas – que dá a média de mil famílias.

Outra novidade é a informatização do Sistema Integrado de Saúde (SIS), que vai

facilitar o controle do estoque de remédio das farmácias públicas e também dará maior agilidade na marcação de consultas e permitir a digitalização dos prontuários.

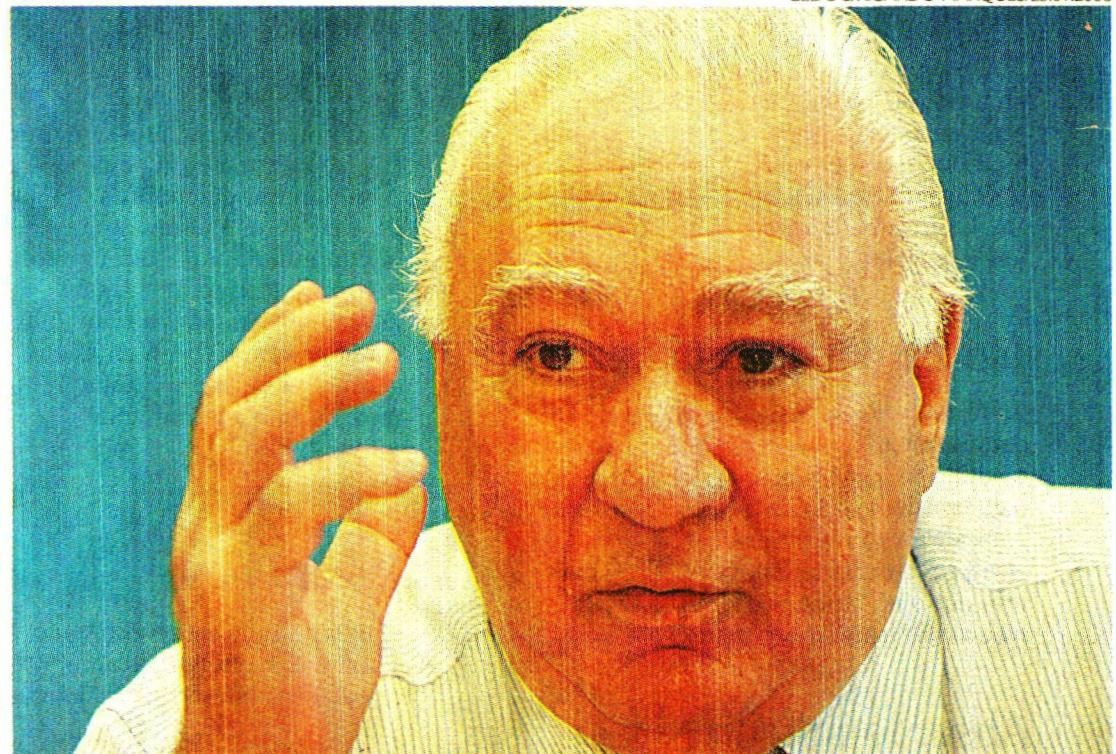
"Com as fichas médicas eletrônicas, o sistema funciona mais rápido e o atendimento é mais eficaz", explica Maciel.

■ Menos burocracia

Além disso, a proposta prevê melhorias mais visíveis para os pacientes. Uma delas é a redução da burocracia para a aquisição de remédios. As guias de solicitação devem se resumir a uma única. Atualmente, um paciente chega a ir quatro vezes às farmácias públicas para conseguir um único medicamento.

Já o serviço de Pronto Atendimento (SPA) 24 horas, que funciona em São Sebastião, Recanto das Emas e Núcleo Bandeirante, será estendido aos moradores de Santa Maria e Riacho Fundo I, oferecendo médico no local.

Também está prevista a implantação de 10 policlínicas no Entorno. A ação pretende reduzir a procura por hospitais e centros de saúde no DF. Atualmente a rede atende 2 milhões de habitantes do Plano Piloto e cidades-satélites. E é responsável pela assistência a mais de 1 milhão de moradores do Entorno.



PELO MENOS 15 MIL PESSOAS ESPERAM POR UMA CIRURGIA NA REDE. MACIEL QUER ACABAR COM A FILA

Maciel de olho na vigilância

À frente da Secretaria desde 2005, José Geraldo Maciel diz que nos últimos tempos tem intensificado a revisão dos contratos. Sobretudo os de vigilância.

"Há algum tempo venho trabalhando para reduzir esses custos". Os acertos relativos à segurança das unidades médicas deveria ser renovado em outubro de 2006, mas como se verificou que os valores pagos estavam cerca de 30% acima

dos de mercado, foi sugerida uma renegociação.

Pela prestação de serviço na área de vigilância, são pagos mensalmente R\$ 5 milhões. "Não vamos renovar. Vamos lançar um novo processo de licitação", anunciou. A expectativa é de que, a partir daí, haja uma economia de R\$ 9 milhões/ano.

Segundo Maciel, não há superfaturamento nos serviços prestados pela empresa Sanoli,

que fornece alimentação para a Secretaria. Mas ele questiona a quantidade de refeição oferecida aos servidores.

A Pasta também vai alterar o sistema de alimentação dos funcionários. Vão ter de optar por receber o tíquete ou a comida fornecida aos hospitais. Ano passado, foram aplicados R\$ 58 milhões em refeições. Deste total, R\$ 13 milhões foram pagos à alimentação de servidores que já recebem tíquete.

"Pauta ética": fica para depois

A Mesa Diretora da Câmara Legislativa decidiu, com o argumento de não se antecipar, esperar as decisões do Congresso relacionadas a projetos que alteram a estrutura dos gabinetes e mudam provimentos dos deputados. A decisão, tomada ontem pelos cinco membros da Direção da Câmara, gerou protestos no plenário.

Um dos que mais reclamaram foi o deputado distrital José Antônio Reguffe (PDT).

Segundo ele, a iniciativa nada mais representava que uma tentativa de enterrar a chamada "pauta ética".

"Fui eleito por pessoas que acreditaram nas minhas propostas, como redução da verba de gabinete e o fim dos salários extras. Se os meus projetos não forem votados, não sei o que estou fazendo aqui. Prefiro renunciar", disse, exaltado.

O presidente da Câmara, Alírio Neto (PPS), não respondeu ao apelo do colega. Os projetos de Reguffe, que propõem modificações na remuneração dos distritais, na verba indenizatória e nos salários extras dos deputados, estão à disposição da Mesa Diretora para análise. E assim deverão permanecer assim pelos próximos 20 dias: é o que prevê o segundo-secretário da Casa, Júnior Brunelli (DEM), que esteve de licença médica por 45 dias e pediu vistas das matérias.